

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	16
4. OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	17
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	18
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	20
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	21
13. INVESTIMENTOS.....	22
14. IMOBILIZADO	26
15. INTANGÍVEIS.....	27
16. FORNECEDORES	28
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	28
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	29
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	31
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	32
21. PROVISÕES	32
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	37
23. RECEITA	37
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	39
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	42
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	43
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	45
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	51
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	53
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	55
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	57
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	68

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	514.791	509.152	1.150.309
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	788.686	445.639	170.239
Consumidores e Revendedores	07	579.424	494.893	454.950
Concessionários - Transporte de Energia		24.772	65.657	66.451
Ativo Financeiro da Concessão	12	2.254	287.692	42.106
Tributos Compensáveis	08	30.186	26.708	29.634
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	09	62.831	82.354	26.869
Revendedores - Transações com Energia Livre		42.617	20.755	22.080
Dividendos a Receber		37.695	66.832	10.726
Estoques		5.832	5.204	4.355
Outros Créditos		63.256	61.330	71.983
TOTAL DO CIRCULANTE		2.152.344	2.066.216	2.049.702
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	45.159	40.314	-
Tributos Compensáveis	08	38.863	37.392	28.921
Depósitos Vinculados a Litígios	11	163.763	159.358	150.510
Transações com Partes Relacionadas		-	30.471	3.255
Outros Créditos		12.370	9.472	8.559
Ativo Financeiro da Concessão	12	759.611	717.728	716.232
Investimentos	13	3.568.519	3.539.372	2.980.579
Imobilizado	14	5.273.818	5.414.273	5.677.753
Intangíveis	15	73.045	63.915	33.522
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.935.148	10.012.295	9.599.331
TOTAL DO ATIVO		12.087.492	12.078.511	11.649.033

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	774.099	829.396	1.645.152
Debêntures	18	526.172	632.886	3.122.650
Fornecedores	16	166.089	206.569	116.509
Impostos, Taxas e Contribuições	17	69.127	76.615	70.448
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		256.475	399.476	-
Salários e Encargos Sociais		45.328	51.337	57.039
Encargos Regulatórios	19	64.440	75.288	58.003
Participações nos Lucros		28.077	19.377	18.845
Transações com Partes Relacionadas		-	22.594	29.900
Obrigações Pós-Emprego	20	12.376	11.593	17.048
Concessões a Pagar		19.543	15.440	7.220
Outras Obrigações		91.021	49.189	51.338
TOTAL DO CIRCULANTE		2.052.747	2.389.760	5.194.152
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	845.712	852.728	272.304
Debêntures	18	1.953.293	2.340.953	46.896
Provisões	21	20.720	13.963	14.347
Obrigações Pós-Emprego	20	595.989	585.254	441.274
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	106.686
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	246.177	276.974	302.504
Encargos Regulatórios	19	97.989	42.935	70.162
Concessões a Pagar		175.421	165.221	123.871
Outras Obrigações		2.773	3.442	3.875
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.039.307	4.382.703	1.381.919
TOTAL DO PASSIVO		6.092.054	6.772.463	6.576.071
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	22			
Capital Social		3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		1.418.845	1.418.845	989.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial		535.739	590.418	786.674
Lucros Acumulados		744.069	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.995.438	5.306.048	5.072.962
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.087.492	12.078.511	11.649.033

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
RECEITA	23	2.476.132	2.160.796
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(125.159)	(133.234)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(528.892)	(237.920)
		(654.051)	(371.154)
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	24		
Pessoal e Administradores		(102.454)	(101.767)
Materiais		(2.245)	(4.751)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(51.717)	(164)
Serviços de Terceiros		(38.867)	(40.875)
Depreciação e Amortização		(143.733)	(165.945)
Provisões (Reversões) Operacionais		(7.926)	(382)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(59.863)	(91.172)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(43.579)	(42.528)
Outros custos de operação		(33.950)	(5.774)
		(484.334)	(453.358)
CUSTO TOTAL		(1.138.385)	(824.512)
LUCRO BRUTO		1.337.747	1.336.284
DESPESA OPERACIONAL	24		
Despesas com Vendas		(1.003)	(7.702)
Despesas Gerais e Administrativas		(119.296)	(80.352)
Outras Despesas Operacionais		(126.118)	(58.303)
		(246.417)	(146.357)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	116.450	74.681
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.207.780	1.264.608
Receitas Financeiras	25	46.381	59.886
Despesas Financeiras	25	(256.951)	(279.361)
Resultado antes dos Impostos		997.210	1.045.133
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	(338.616)	(367.336)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	30.796	42.556
RESULTADO DO EXERCÍCIO		689.390	720.353
Lucro Básico por ação ordinária		0,2380	0,24867
Lucro Diluído por ação ordinária		0,2380	0,24867

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
RECEITA	23	1.089.661	1.098.256
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24	-	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(62.329)	(66.877)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(299.112)	(126.462)
		<u>(361.441)</u>	<u>(193.339)</u>
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	24		
Pessoal e Administradores		(50.322)	(51.505)
Materiais		(923)	(3.164)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(8.775)	-
Serviços de Terceiros		(21.472)	(23.812)
Depreciação e Amortização		(71.530)	(83.562)
Provisões (Reversões) Operacionais		(2.179)	(1.179)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(27.398)	(44.161)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(25.940)	(18.990)
Outros custos de operação		(32.547)	(4.085)
		<u>(241.086)</u>	<u>(230.458)</u>
CUSTO TOTAL		(602.527)	(423.797)
LUCRO BRUTO		487.134	674.459
DESPESA OPERACIONAL	24		
Despesas com Vendas		(1.322)	(3.077)
Despesas Gerais e Administrativas		(46.225)	(38.202)
Outras Despesas Operacionais		(93.722)	(31.081)
		<u>(141.269)</u>	<u>(72.360)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		38.372	31.425
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		384.237	633.524
Receitas Financeiras	25	28.635	39.477
Despesas Financeiras	25	(125.955)	(141.488)
Resultado antes dos Impostos		286.917	531.513
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	(105.974)	(200.945)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	11.698	34.750
RESULTADO DO EXERCÍCIO		192.641	365.318
Lucro Básico por ação ordinária		0,0665	0,1261
Lucro Diluído por ação ordinária		0,0665	0,1261

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	689.390	720.353
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	(109)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	689.390	720.244
Lucro atribuível aos acionistas	689.390	720.244

PARA OS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	192.641	365.318
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	(95)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	192.641	365.223

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.296.785	989.503	799.788	-	5.086.076
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.3)	-	-	(13.114)	-	(13.114)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 REAPRESENTADO	3.296.785	989.503	786.674	-	5.072.962
Resultado do Exercício	-	-	-	720.353	720.353
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada em conjunto	-	-	(109)	-	(109)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(109)	720.353	720.244
Dividendos Propostos	-	(605.734)	-	-	(605.734)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(79.741)	79.741	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	3.296.785	383.769	706.824	800.094	5.187.472
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.296.785	1.418.845	690.776	-	5.406.406
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.3)	-	-	(100.358)	-	(100.358)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO	3.296.785	1.418.845	590.418	-	5.306.048
Resultado do Exercício	-	-	-	689.390	689.390
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(54.679)	54.679	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	3.296.785	1.418.845	535.739	744.069	5.995.438

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	689.390	720.353
Depreciação e Amortização	144.538	167.569
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	327	-
Perdas na Alienação de Investimentos	94.080	-
Equivalência Patrimonial	(116.450)	(74.681)
Juros e Variações Monetárias	214.394	244.970
Imposto de Renda e Contribuição Social	307.818	324.780
Provisões para Perdas Operacionais	8.928	6.887
Obrigações Pós-Emprego	31.156	25.754
Outros	1.962	2.649
	1.376.143	1.418.281
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(85.534)	(34.913)
Tributos Compensáveis	(4.949)	(3.993)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	19.523	(773)
Transporte de Energia	40.885	(3.721)
Depósito Judiciais	(4.405)	(1.529)
Dividendos Recebidos	185.542	126.684
Ativo Financeiro da Concessão	286.811	22.010
Outros	10.708	(1.267)
	448.581	102.498
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(40.480)	(7.999)
Tributos e Contribuição Social	(7.488)	291.110
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(35.464)	(309.918)
Salários e Contribuições Sociais	(6.009)	(5.565)
Encargos Regulatórios	44.206	17.973
Obrigações Pós-Emprego	(19.638)	(22.601)
Participação nos Lucros	8.700	(532)
Outros	31.707	(19.210)
	(24.466)	(56.742)
Caixa Gerado nas Operações	1.800.258	1.464.037
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(303.152)	(293.815)
Juros Pagos	(249.576)	(404.282)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.247.530	765.940
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos - Aporte	(232.337)	(104.019)
Ganho na Alienação de Investimentos	71.429	-
No Imobilizado	(11.931)	(44.818)
No Intangível	(13.075)	(67)
No Ativo Financeiro	(43.579)	(42.528)
Em Títulos e Valores Mobiliários	(347.891)	(333.088)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(577.384)	(524.520)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	-	2.363.143
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(143.001)	(439.001)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(521.505)	(2.601.765)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(664.506)	(677.623)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.640	(436.203)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	509.151	1.150.309
No fim do exercício	514.791	714.106
	5.640	(436.203)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/06/2013		30/06/2012	
			Reapresentad o	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	2.992.638		2.732.145	
Receita de Construção	43.578		42.528	
Investimentos em Imobilizado	13.910		47.042	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.003)		(7.702)	
Receita na Alienação de Investimentos	71.429		-	
	3.120.552		2.814.013	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(567.394)		(260.007)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(135.097)		(145.592)	
Serviços de Terceiros	(93.448)		(93.522)	
Materiais	(27.953)		(51.965)	
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia	(51.717)		(164)	
Outros Custos Operacionais:				
Custo na Alienação de Investimentos	(165.509)		-	
Concessão Onerosa	(11.042)		(11.574)	
Outros	(15.864)		(15.486)	
	(1.068.024)		(578.310)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.052.528		2.235.703	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(144.538)		(167.569)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.907.990		2.068.134	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	116.450		74.681	
Receitas Financeiras	46.381		59.886	
	162.831		134.567	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.070.821		2.202.701	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	203.534	9,82	165.650	7,51
Remuneração direta	121.865	5,88	112.840	5,12
Benefícios	44.410	2,14	39.275	1,78
FGTS	7.359	0,36	7.548	0,34
Programas de Desligamento de Empregados	29.900	1,44	5.987	0,27
Impostos, Taxas e Contribuições	911.931	44,04	1.028.153	46,68
Federais	690.427	33,34	802.600	36,44
Estaduais	221.146	10,68	224.573	10,20
Municipais	358	0,02	980	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	265.966	12,85	288.545	13,10
Juros	256.951	12,41	279.361	12,68
Aluguéis	9.015	0,44	9.184	0,42
Remuneração de Capitais Próprios	689.390	33,29	720.353	32,70
Lucros Acumulados	689.390	33,29	720.353	32,70
	2.070.821	100,00	2.202.701	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 53 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 2 Termelétricas e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos novos pronunciamentos mencionados na nota explicativa nº 2, item 2.3, destas informações contábeis intermediárias. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e rerepresentadas em 16 de abril de 2013 na CVM, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

2.2. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013 e reclassificações contábeis

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas informações contábeis intermediárias, de maneira retrospectiva. Estão destacadas abaixo as principais alterações com efeito nestas informações contábeis intermediárias.

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com o critério anterior do IAS 31 permitia a contabilização pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

Reclassificações de Saldos Contábeis de 30 de junho de 2012 e 01 de janeiro de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2012, originalmente emitidas em 14 de agosto de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de junho de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2013, com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias que tiveram reclassificações e ajustes em função das novas práticas contábeis mencionadas acima:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reclassificado
Total do Ativo	11.649.033	-	11.649.033
Passivo Circulante	5.194.152	-	5.194.152
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	421.404	19.870	441.274
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	309.260	(6.756)	302.504
Total do Passivo Não Circulante	1.368.805	13.114	1.381.919
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	799.788	(13.114)	786.674
Total do Patrimônio Líquido	5.086.076	(13.114)	5.072.962

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo	12.078.511	-	12.078.511
Total do Passivo Circulante	2.389.760	-	2.389.760
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	433.197	152.057	585.254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.673	(51.699)	276.974
Total do Passivo Não Circulante	4.282.345	100.358	4.382.703
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	690.776	(100.358)	590.418
Total do Patrimônio Líquido	5.406.406	(100.358)	5.306.048

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	30/06/2012			
	NOTA	Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas	a	2.766.971	47.042	2.814.013
Insumos adquiridos de terceiros	a	(532.513)	(45.797)	(578.310)
Valor adicionado a distribuir		2.201.456	1.245	2.202.701
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados	a	164.438	1.212	165.650
Impostos, taxas e Contribuições	a	1.028.137	16	1.028.153
Remuneração de capitais de terceiros	a	288.528	17	288.545
Valor adicionado distribuído		2.201.456	1.245	2.202.701

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos de concessão por natureza de gastos;

2.3. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2012 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2013, está relacionada a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2012	30/06/2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	OS Efeitos da Medida Provisória Nº 579 de 11 de Setembro de (Convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013)
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
34	30	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
32	Demonstrações Segregadas por Empresa
33	Demonstração dos Fluxos de Caixa

3. PRINCIPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme informado no item 2.3, em função de alteração no CPC.19 (R2), a Companhia passou, a partir de 1º de janeiro de 2013, a não mais apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

4. OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 03 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG GT") obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), que está previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a CEMIG GT permaneça à frente da concessão da Usina de Jaguara até o julgamento final da ação.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Contas Bancárias	8.370	2.981	2.039
Aplicações Financeiras:			
Certificados de Depósitos Bancários	504.259	477.516	976.474
Letras do Tesouro Nacional	-	11.099	-
Outros	2.162	17.556	171.796
	506.421	506.171	1.148.270
	514.791	509.152	1.150.309

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara

de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 97% a 105% conforme operação). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado.

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Certificados de Depósitos Bancários	507.859	324.147	170.239
Letras Financeiras Bancos	299.601	129.230	-
Debêntures	14.270	27.774	-
Letras do Tesouro Nacional	7.845	-	-
Outros	4.270	4.802	-
	833.845	485.953	170.239
Circulante	788.686	445.639	170.239
Não Circulante	45.159	40.314	-

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas na norma contábil, está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Industrial	162.834	39.369	23.957	226.160	261.323	247.682
Comércio, Serviços e Outras	4.159	1.013	-	5.172	4.443	2.331
Suprimento a Outras Concessionárias	158.000	38.911	6.420	203.331	215.817	185.787
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	676	143.987	8.769	153.432	20.777	23.779
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(7.635)	(7.635)	(6.633)	(4.629)
	325.669	223.280	31.511	580.460	495.727	454.950
Circulante				579.424	494.893	454.950
Não Circulante (*)				1.036	834	-

(*) – O saldo está classificado dentro de Outros Ativos Não Circulantes

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante			
ICMS a Recuperar	24.890	21.520	18.093
PASEP	679	678	1.842
COFINS	3.143	3.141	8.563
Outros	1.474	1.369	1.136
	30.186	26.708	29.634
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	27.007	25.815	24.716
PASEP	2.104	2.056	750
COFINS	9.752	9.521	3.455
	38.863	37.392	28.921
	69.049	64.100	58.555

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2013 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante			
Imposto de Renda	54.788	67.260	22.214
Contribuição Social	8.043	15.094	4.655
	62.831	82.354	26.869

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
ATIVO			
Obrigações Pós-Emprego	143.972	140.358	90.751
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.596	2.255	1.574
Variação Cambial	5	5	-
Taxa Administração	741	741	741
Concessão onerosa	59.978	60.586	58.049
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308
Provisões	7.045	4.747	4.878
Outros	9.220	6.530	5.138
	248.865	240.530	186.439
PASSIVO			
Variação Cambial	-	-	(219)
Custo Atribuído	(334.857)	(355.854)	(411.650)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(78.904)	(80.272)	(77.074)
Ganho na Indenização sobre ativos de transmissão	(80.844)	(80.844)	-
Custo de Captação	(437)	(534)	-
	(495.042)	(517.504)	(488.943)
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	(246.177)	(276.974)	(302.504)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	997.210	1.045.133
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(339.051)	(355.345)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Licença Maternidade – Empresa Cidadã	-	(14)
Incentivos Fiscais	4.826	4.467
Resultado de Equivalência Patrimonial	39.593	25.391
Juros S/ Capital Próprio – Recebido de Investidas	(12.304)	-
Multas Indedutíveis	(2.010)	(38)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(981)	(1.018)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.080	196
Outros	1.027	1.581
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(307.820)	(324.780)
Imposto Corrente	(338.616)	(367.336)
Imposto Diferido	30.796	42.556
	(307.820)	(324.780)
Alíquota Efetiva	30,87%	31,08%

	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	286.917	531.513
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(97.552)	(180.714)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	3.920	3.877
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.047	10.684
Juros S/ Capital Próprio – Recebido de Investidas	(12.304)	-
Multas Indedutíveis	(2.009)	(37)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(879)	(984)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.002	135
Outros	499	844
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(94.276)	(166.195)
Imposto Corrente	105.974	200.945
Imposto Diferido	(11.698)	(34.750)
	94.276	166.195
Alíquota Efetiva	32,86%	31,27%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012 Reapresentado
Trabalhista	48.075	44.061	35.615
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233	101.233
Outros	4.291	2.917	2.861
	113.538	112.164	112.108
Outros			
Bloqueio Judicial	1.907	2.560	2.252
Outros	243	573	535
	2.150	3.133	2.787
	163.763	159.358	150.510

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Informações Contábeis Intermediárias.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig Geração e Transmissão e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$542.081 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

O saldo restante refere-se a investimentos em transmissão que serão remunerados através de tarifa, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/06/213	31/12/2012	01/01/2012 Reapresentado
Concessões de transmissão	761.865	1.005.420	758.338
	761.865	1.005.420	758.338
Circulante	2.254	287.692	42.106
Não Circulante	759.611	717.728	716.232

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.005.420
Adição	46.233
Recebimentos	(286.644)
Transferências	(2.821)
Baixas	(323)
Saldo em 30 de junho 2013	761.865

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Hidrelétrica Cachoeirão	34.498	32.435	26.702
Guanhães Energia	54.118	20.001	10.443
Hidrelétrica Pipoca	24.723	20.419	19.511
Madeira Energia	547.288	427.944	165.558
Lightger	42.005	40.265	39.084
Baguari Energia	199.838	193.845	198.063
EBTE	-	153.618	143.770
Central Eólica Praias de Parajuru	58.588	59.991	61.547
Central Eólica Volta do Rio	72.870	74.136	82.392
Central Eólica Praias de Morgado	59.961	62.352	63.629
TAESA	2.202.419	2.251.094	2.060.362
Amazônia Energia	272.211	203.272	109.518
	3.568.519	3.539.372	2.980.579

a) Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre, basicamente, da mais valia das concessões e está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	31/12/2012	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	Alienação EBTE (*)	30/06/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	3.824	-	(1.761)	-	-	34.498
Guanhães Energia	20.001	93	34.024	-	-	-	54.118
Hidrelétrica Pipoca	20.419	2.073	-	-	2.231	-	24.723
Madeira Energia	427.944	(8.366)	127.710	-	-	-	547.288
Baguari Energia	193.845	5.951	-	-	42	-	199.838
EBTE	153.618	11.890	-	-	-	(165.508)	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	(1.403)	-	-	-	-	58.588
Central Eólica Volta do Rio	74.136	(1.266)	-	-	-	-	72.870
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	(2.391)	-	-	-	-	59.961
TAESA	2.251.094	105.585	-	(154.260)	-	-	2.202.419
Lightger	40.265	2.124	-	(384)	-	-	42.005
Amazônia Energia	203.272	(1.664)	70.603	-	-	-	272.211
	3.539.372	116.450	232.337	(156.405)	(2.273)	(165.508)	3.568.519

(*) Vide Operação de reestruturação societária com a Taesa abaixo para maiores detalhes.

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	70.405	49,00	35.000	66.193
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	52.000	110.444	49,00	20.308	40.819
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	50.454	49,00	41.360	41.671
Madeira Energia	6.346.671.724	10,00	6.346.672	5.472.877	10,00	5.069.572	4.279.438
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	287.986	69,39	10	279.340
EBTE	-	-	-	-	49,00	263.058	313.507
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	69.189	49,00	70.056	122.430
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	113.320	49,00	117.230	151.298
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	51.757	49,00	52.960	127.249
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	85.725	49,00	79.232	40.293
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	4.015.331	43,36	3.042.035	5.191.638
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	373.434	365.384	74,50	278.665	272.848

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a junho de 2013		Janeiro a junho de 2012	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	3.594	7.805	3.431	6.880
Guanhães Energia	52.000.000	-	189	-	41
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	-	4.231	-	4.994
Madeira Energia	6.346.671.724	-	(83.660)	-	(179.440)
Baguari Energia	1.000.000	-	8.576	23.836	11.667
EBTE	263.058.339	-	-	-	9.535
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	-	(2.863)	-	(2.953)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	-	(2.584)	-	(4.871)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	-	(4.880)	-	(6.463)
Lightger	79.232.000	783	4.335	-	(420)
TAESA	1.033.496.721	355.763	243.506	428.534	145.549
Amazônia Energia	142.643.000	-	(2.233)	-	(1.726)

Alienação de participação societária

Conclusão da Operação de Alienação da Participação da Cemig GT na TBE para Taesa

Em 31 de maio de 2013, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, celebrado em 17 de maio de 2012, foram concluídas as transferências, através da alienação dos ativos, para a TAESA, (i) das participações societárias diretas das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) das participações societárias indiretas das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE (em conjunto chamadas “Grupo TBE”).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a TAESA não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a TAESA poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a TAESA, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

A TAESA desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos, o valor total de R\$ 1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31/12/2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não, sendo o montante de R\$71.429 recebidos diretamente pela Companhia. Por conta desta transação, a Cemig GT registrou uma perda no resultado, no montante de R\$ 62.093, líquida dos efeitos de impostos, como demonstrado abaixo:

	Efeitos apurados
Valor recebido pelos ativos	71.429
Valor registrado dos ativos	(165.509)
Subtotal	(94.080)
Efeitos fiscais – IR e CS	31.988
Efeito líquido no resultado do período	(62.092)

Transferência de controle

A Resolução Autorizativa nº 3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17 de janeiro de 2013, Seção 01, pág. 53; anuiu à reestruturação societária da TAESA, controladora da Companhia, mediante as incorporações da Sul Transmissora de Energia S.A - STE e Transmissora de Energia S.A - ATE na União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A - UNISA e em ato contínuo da Nordeste Transmissora de Energia S.A - NTE e da UNISA em TAESA, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a TAESA. As concessionárias têm cento e vinte dias para implementação das transferências e trinta dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com sessenta dias para assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas. A Assembleia Geral Extraordinária da TAESA realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE no termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012. As Companhias citadas são controladoras diretas e subsidiárias integrais da TAESA. A incorporação se justifica na medida em que está inserida no contexto de uma reorganização societária com vistas à simplificação da estrutura corporativa e consequente otimização da eficiência na gestão e aproveitamento da estrutura

administrativa e financeira da Companhia. A incorporação não gerou modificação do capital social da Companhia e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de qualquer relação de troca em decorrência da Incorporação. Devido às características da incorporação, não houve direito de retirada ou de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo de incorporação.

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

Em 30 de junho de 2013, a coligada Madeira Energia S.A. – MESA (“MESA”), apresentava excesso de passivos consolidados sobre ativos circulantes consolidados no montante de R\$175.507, decorrente, principalmente, do vencimento em 30 de setembro de 2013, da 5ª e 6ª parcelas das debêntures emitidas por aquela entidade e por conta de pagamentos a fornecedores e provisões socioambientais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$300.000 (não revisado pelos auditores independentes), para os próximos trimestres de 2013 e com um EBTIDA positivo de R\$123.880 (não revisado pelos auditores independentes).

O Consórcio Construtor Santo Antônio – CCSA, responsável pelas obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos da UHE Santo Antônio, está pleiteando uma compensação financeira, junto à MESA, referente à elevação dos custos da obra em função das greves e paralisações ocorridas nos anos de 2009 a 2012 que elevaram os valores dos benefícios concedidos à classe trabalhadora, assim como pelos custos incorridos em função do período das paralisações. A MESA e o Consórcio estão em tratativas no intuito de convergirem em um acordo com relação ao montante justo de ressarcimento e de definirem a forma e o prazo de liquidação do pleito.

A MESA constituiu provisão no valor de R\$627.692 para fazer frente ao pleito do Consórcio.

Opções de venda

A Cemig GT concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da TAESA, uma opção de venda da totalidade das ações que este Fundo detém na TAESA, exercível em 30 de outubro de 2014. O preço da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na TAESA, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela TAESA. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira de 7,0% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias emitidas pela TAESA, e atualmente exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da TAESA negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Companhia não registrou obrigações em suas demonstrações financeiras decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

14. IMOBILIZADO

	30/06/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	16.392.881	(11.338.358)	5.054.523	16.400.614	(11.198.031)	5.202.583	5.513.675
Terrenos	374.817		374.817	374.817	-	374.817	380.056
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.156.723	(4.894.092)	2.262.631	7.156.602	(4.830.719)	2.325.883	2.513.072
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	2.076.028	(1.479.428)	596.600	2.075.811	(1.465.920)	609.891	549.482
Máquinas e Equipamentos	6.760.688	(4.946.064)	1.814.624	6.768.681	(4.883.319)	1.885.362	2.062.825
Veículos	15.017	(9.643)	5.374	15.092	(8.989)	6.103	7.597
Móveis e Utensílios	9.608	(9.131)	477	9.611	(9.084)	527	643
Em Curso	219.295	-	219.295	211.690	-	211.690	164.078
Imobilizado Líquido	16.612.176	(11.338.358)	5.273.818	16.612.304	(11.198.031)	5.414.273	5.677.753

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adição/ Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2013
Em Serviço	5.513.675	5.202.583	4.326	(7.522)	(4)	(144.860)	5.054.523
Terrenos	380.056	374.817	-	-	-	-	374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.513.072	2.325.883	121	-	-	(63.373)	2.262.631
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	549.482	609.891	216	-	-	(13.507)	596.600
Máquinas e Equipamentos	2.062.825	1.885.362	3.987	(7.520)	(4)	(67.201)	1.814.624
Veículos	7.597	6.103	-	(1)	-	(728)	5.374
Móveis e Utensílios	643	527	2	(1)	-	(51)	477
Em Curso	164.078	211.690	7.605	-	-	-	219.295
Imobilizado Líquido	5.677.753	5.414.273	11.931	(7.522)	(4)	(144.860)	5.273.818

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

15. INTANGÍVEIS

	30/06/2013			31/12/2012 Reapresentado			01/01/2012 Reapresentado
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	79.088	(40.957)	38.131	71.788	(41.981)	29.807	31.992
Servidão	13.291	(1.857)	11.434	12.877	(1.766)	11.111	11.292
Concessão Onerosa	34.649	(9.518)	25.131	25.428	(8.662)	16.766	18.818
Outros	31.148	(29.582)	1.566	33.483	(31.553)	1.930	1.882
Em Curso	34.914	-	34.914	34.108	-	34.108	1.530
Intangível Líquido	114.002	(40.957)	73.045	105.896	(41.981)	63.915	33.522

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	01/01/2012	31/12/2012	Adição	Amortização	Transferências	30/06/2013
Em Serviço	31.992	29.807	9.221	(1.640)	743	38.131
Servidão	11.292	11.111	-	(24)	347	11.434
Concessão Onerosa	18.818	16.766	9.221	(856)	-	25.131
Outros	1.882	1.930	-	(760)	396	1.566
Em Curso	1.530	34.108	3.854	-	(3.048)	34.914
Ativos em formação	1.530	34.108	3.854	-	(3.048)	34.914
Total	33.522	63.915	13.075	(1.640)	(2.305)	73.045

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	135.236	148.146	65.603
Materiais e Serviços	31.268	58.657	51.110
	166.504	206.803	116.713
Circulante	166.089	206.569	116.509
Não Circulante (*)	415	234	204

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos circulantes

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante			
ICMS	35.872	38.020	34.462
COFINS	21.450	25.111	23.038
PASEP	4.657	5.452	5.002
INSS	4.255	4.260	4.488
Outros	2.893	3.772	3.458
	69.127	76.615	70.448
Não Circulante			
COFINS	83.175	83.175	87.656
PASEP	18.058	18.058	19.030
	101.233	101.233	106.686
	170.360	177.848	177.134

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/06/2013						31/12/2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	-	1.387
Dívida referente à Moeda Estrangeira				-	-	-	-	1.387
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	17.411	-	17.411	22.848	46.215
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	31.629	32.517
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	612.095	300.000	912.095	911.432	918.661
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	39.516	-	39.516	43.068	87.064
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	794	-	794	793	1.605
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.886	92.205	100.091	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	474	-	474	1.003	69.925
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	31.122	-	31.122	34.677	1.550
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	6.521	-	6.521	12.998	25.603
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	6.517	-	6.517	7.593	15.339
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	42.186	-	42.186	46.006	92.972
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.181	11.159	15.340	18.686	19.917
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	5.211	442.348	447.559	447.250	492.838
Consórcio Pipoca (3)	2013	IPCA	R\$	185	-	185	186	185
Dívida em Moeda Nacional				774.099	845.712	1.619.811	1.682.124	1.916.069
Total de Empréstimos e Financiamentos				774.099	845.712	1.619.811	1.682.124	1.917.456
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)								
Debêntures (1)	2015	IGP-M	R\$	-	55.958	55.958	52.758	46.896
Debêntures (1)	2017	IPCA + 7,68	R\$	491.476	474.110	965.586	1.444.590	1.367.936
Debêntures (1)	2017	CDI+0,90	R\$	13.943	479.871	493.814	517.396	1.754.714
Debêntures (1)	2019	IPCA + 6,00	R\$	4.650	216.871	221.521	220.211	-
Debêntures (1)	2022	IPCA + 6,20	R\$	16.103	726.483	742.586	738.884	-
Total de Debêntures				526.172	1.953.293	2.479.465	2.973.839	3.169.546
Total Geral Consolidado				1.300.271	2.799.005	4.099.276	4.655.963	5.087.002

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
(3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Indexadores									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	55.958	55.958
FINEL (2)	6.521	-	-	-	-	-	-	-	6.521
IPCA (3)	52.072	460.078	474.253	-	-	108.372	108.433	726.669	1.929.877
CDI (4)	768.837	300.406	147.401	147.400	627.443	-	-	-	1.991.487
TJLP/URTJ	6.187	11.761	10.274	9.977	9.977	9.390	7.631	50.236	115.433
	833.617	772.245	631.928	157.377	637.420	117.762	116.064	832.863	4.099.276

(1) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M
(2) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL
(3) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no 2º Trimestre 2013 %	Variação Acumulada em 2013 %	Variação Acumulada em 2012 %	Indexadores	Variação no 2º Trimestre 2013 %	Variação Acumulada em 2013 %	Variação Acumulada em 2012 %
Dólar Norte-Americano	10,02	8,42	8,94	IGP-M	0,90	1,74	7,82
Euro	11,50	6,94	10,73	FINEL	0,18	0,35	1,52
				CDI	1,79	3,46	8,37
				IPCA	1,18	3,15	5,84

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.655.963
Variação monetária e cambial	70.244
Encargos financeiros provisionados	144.150
Encargos Financeiros Pagos	(249.576)
Amortização de financiamentos	(521.505)
Saldo em 30 de junho de 2013	4.099.276

Garantias

Em 30 de junho de 2013 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	2013
NP e Aval	3.055.870
Recebíveis	21.862
Sem Garantia	1.021.544
TOTAL	4.099.276

Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas e controladas em conjunto em 30 de junho de 2013, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Saldo em 30/06/2013	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 01/01/2012
DEBÊNTURES - 1ª EMISSÃO - CEMIG	Simple não Conversíveis	2012	Quirografia	CDI+0,90	Não há	-	-	1.754.714
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2014	Não há	IGP-M	Não há	55.958	52.758	46.896
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há	965.586	1.444.590	1.367.936
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2017	Quirografia	CDI - 0,90%	Não há	493.814	517.395	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2019	Quirografia	IPCA - 6,2%	Não há	742.586	738.885	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2022	Quirografia	IPCA - 6,0%	Não há	221.521	220.211	-
TOTAL						2.479.465	2.973.839	3.169.546

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

(2) Não houve quebra de Covenants.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/LAJIDA;	Menor ou igual a 2,8
Dívida Circulante (1)/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida LAJIDA (2)/Encargos Dívidas	Menor ou igual a 53%
Investimento/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 60%

- (1) Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);
- (2) LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

Em 30 de junho de 2013 a Companhia atendeu a todas as cláusulas restritivas.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Reserva Global de Reversão - RGR	82.319	23.656	16.379
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	5.029	9.333
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.935	7.337	6.505
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.624	1.634	1.598
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.517	4.466	3.838
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.613	2.774	2.548
Pesquisa e Desenvolvimento	67.020	71.845	86.596
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.401	1.482	1.368
	162.429	118.223	128.165
Passivo Circulante	64.440	75.288	58.003
Passivo Não Circulante	97.989	42.935	70.162

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 01 de janeiro de 2012	211.652	124.240	6.729	115.701	458.322
Despesa Reconhecida no Resultado	10.758	8.002	156	6.839	25.755
Contribuições Pagas	(14.811)	(6.236)	(97)	(1.457)	(22.601)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012	207.599	126.006	6.788	121.083	461.476
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	239.441	182.826	4.874	169.706	596.847
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	12.185	9.840	264	8.867	31.156
Contribuições Pagas	(11.296)	(6.677)	(214)	(1.451)	(19.638)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2013	240.330	185.989	4.924	177.122	608.365
Passivo Circulante 30 de junho de 2013					12.376
Passivo Não Circulante 30 de junho de 2013					595.989

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa 2.3, a Companhia reconheceu no resultado abrangente de forma retrospectiva, os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas demonstrações financeiras.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/06/2013
Trabalhistas	8.112	6.707	6.353	-	(737)	12.323
Cíveis	411	287	18	(52)	-	253
Tributárias	1.217	1.860	830	-	-	2.690
Ambientais	3.890	4.183	417	-	(66)	4.534
Regulatórias	179	-	1	-	-	1
Outras	538	926	374	(16)	(365)	919
Total	14.347	13.963	7.993	(68)	(1.168)	20.720

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$32.735, dos quais R\$12.323 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas no montante de R\$2.314, dos quais R\$253 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$17.766, dos quais R\$2.690 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$14.417, dos quais R\$4.534 foram provisionados.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$6.940, dos quais R\$920 foram provisionados. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$49.408.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$370.191, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$49.790 e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$140.482. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em julho de 2013, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido de Suspensão de Liminar formulado pela União contra decisões da Justiça Federal em favor da APINE.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância. Julgando os pedidos liminares feitos nesse Agravo de Instrumento, o Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 deferiu o pedido de efeito suspensivo da decisão liminar de primeira instância, para restabelecer os efeitos dos art. 2º e 3º da Resolução CNPE 03/2013.

A APINE apresentou pedido de reconsideração ao Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 alegando, em síntese, a intempestividade do recurso da União além da inexistência de prevenção deste juízo e, por fim, reiterou os mesmos motivos de mérito que levaram ao deferimento da liminar.

Aguarda-se a publicação da decisão sobre o pedido de reconsideração para o mês de agosto de 2013.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a junho de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores a Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor desta contingência até o mês de junho de 2013 é de, aproximadamente, R\$33.720. Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.710.331. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$67.353.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$3.296.785, representado, em 2013, por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2013	30/06/2012
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	689.390	720.353
Lucro por ação (em R\$)	0,2380	0,2487

	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	192.641	365.318
Lucro por ação (em R\$)	0,0665	0,1261

Ajustes de avaliação patrimonial

	30/06/2013	31/12/2012
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(100.358)	(100.358)
Custo Atribuído de Imobilizado	636.097	690.776
Ajustes de avaliação patrimonial	535.739	590.418

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	2.114.984	2.104.072
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	231.503	401.485
Receita de Construção (b)	43.578	42.528
Transações com energia na CCEE	635.447	215.131
Outras receitas operacionais	10.704	11.457
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (c)	(560.084)	(613.877)
	2.476.132	2.160.796

	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.066.520	1.082.815
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	117.159	199.459
Receita de Construção (b)	25.940	18.989
Transações com energia na CCEE	182.410	101.180
Outras receitas operacionais	5.984	3.916
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (c)	(308.352)	(308.103)
	1.089.661	1.098.256

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Industrial	8.774.507	9.755.394	1.227.335	1.314.203
Comercial	151.811	108.287	32.231	21.155
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(45.717)	4.389
	8.926.318	9.863.681	1.213.849	1.339.747
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	7.868.075	6.870.273	901.135	764.325
	16.794.393	16.733.954	2.114.984	2.104.072

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
Industrial	4.437.693	5.033.218	622.294	674.839
Comercial	74.957	57.262	16.003	11.417
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(14.396)	10.861
	4.512.650	5.090.480	623.901	697.117
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	3.863.103	3.334.538	442.619	385.698
	8.375.753	8.425.018	1.066.520	1.082.815

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Construção

Refere-se à receita apropriada quando da construção dos ativos de transmissão com base em parcela do fluxo de caixa adicional previsto em função do novo empreendimento, sendo alocados em conformidade ao estágio de conclusão da obra.

(c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	220.881	224.290
COFINS	195.883	197.328
PIS-PASEP	42.519	42.838
ISSQN	290	392
	459.573	464.848
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	58.663	58.359
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	17.485	36.240
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	33.250
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.808	8.472
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	9.808	8.472
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.747	4.236
	100.511	149.029
	560.084	613.877

	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	116.510	114.829
COFINS	93.834	100.701
PIS-PASEP	20.370	21.861
ISSQN	156	100
	230.870	237.491
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	58.663	25.564
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	8.356	17.829
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	16.426
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.185	4.317
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	4.185	4.317
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.093	2.159
	77.482	70.612
	308.352	308.103

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Despesa com pessoal	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Pessoal (a)	175.061	143.019
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	27.482	27.583
Obrigações Pós-Emprego	18.971	14.996
Materiais	4.394	6.427
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	51.717	164
Serviços de Terceiros (b)	64.602	60.475
Depreciação e Amortização	144.538	167.569
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	59.863	91.172
Provisões Operacionais	8.929	8.084
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	125.159	133.234
Energia Elétrica Comprada para Revenda	528.892	237.920
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	43.579	42.528
Perdas na Alienação da TBE (d)	94.080	-
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	37.535	37.698
	1.384.802	970.869

Despesa com pessoal	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
Pessoal (a)	65.976	68.962
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	14.048	14.582
Obrigações Pós-Emprego	9.486	7.498
Materiais	2.327	4.122
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	8.775	-
Serviços de Terceiros (b)	39.860	33.685
Depreciação e Amortização	71.167	84.300
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	27.398	44.161
Provisões Operacionais	3.501	4.256
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	62.329	66.877
Energia Elétrica Comprada para Revenda	299.112	126.462
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	25.940	18.990
Perdas na Alienação da TBE (d)	94.080	-
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	19.797	22.262
	743.796	496.157

Programas de Desligamento de Empregados:

a) Programa de Incentivo ao Desligamento – PID

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa, provisionado em 2013, foi de R\$25.800, em conformidade a adesão de 206 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril a junho de 2013. Para aqueles empregados que reuniriam as condições relacionadas acima e que, ainda, precisam comprovar esta condição junto ao INSS, o prazo limite para desligamento é dezembro de 2013.

b) Serviços de Terceiros	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Comunicação	2.235	2.842
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	13.746	10.216
Conservação e Limpeza de Prédios	9.231	9.730
Mão de Obra Contratada	2.357	3.202
Fretes e Passagens	876	1.190
Hospedagem e Alimentação	1.354	1.896
Vigilância	4.796	5.465
Consultoria	2.688	815
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.058	1.269
Manutenção e Conservação de Veículos	1.403	1.266
Energia Elétrica	1.354	1.873
Meio Ambiente	9.601	9.526
Limpeza de Faixas	718	1.142
Serviços de Reprografia	730	1.251
Serviços advocatícios e Custas Processuais	4.405	1.520
Outros	8.050	7.272
	64.602	60.475

b) Serviços de Terceiros	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
Comunicação	1.226	1.658
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	8.934	5.911
Conservação e Limpeza de Prédios	4.946	4.722
Mão de Obra Contratada	1.553	2.182
Fretes e Passagens	641	696
Hospedagem e Alimentação	1.097	1.122
Vigilância	3.241	2.710
Consultoria	1.681	633
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	578	676
Manutenção e Conservação de Veículos	760	602
Energia Elétrica	618	1.003
Meio Ambiente	5.288	6.060
Limpeza de Faixas	334	599
Serviços de Reprografia	490	805
Serviços advocatícios e Custas Processuais	3.812	183
Outros	4.661	4.123
	39.860	33.685

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Pessoal	522	339
Materiais	23.341	26.702
Serviços de Terceiros	18.708	13.832
Arrendamentos e Aluguéis	3	-
Outros	1.005	1.655
	43.579	42.528

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012 Reapresentado
Pessoal	204	186
Materiais	13.694	10.990
Serviços de Terceiros	11.922	6.985
Outros	120	829
	25.940	18.990

d) Perdas na Alienação da TBE

No segundo trimestre de 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento do grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na TBE (49%) para a TAESA, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, celebrado em 17 de maio de 2012.

Vide nota explicativa 13 para maiores informações.

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	37.091	52.299
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.496	1.421
Variação Monetária	1.464	2.020
Variações Cambiais	19	98
Ajuste a Valor Presente	-	1.656
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras	(3.348)	-
Outras	8.659	2.392
	46.381	59.886
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(144.316)	(196.479)
Variação Monetária – Forluz	(12.185)	(10.758)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(70.244)	(50.668)
Variações Cambiais	(28)	(27)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(7.484)	(11.664)
Variações Monetárias	(2.431)	(4.073)
Ajuste a Valor Presente	(4.024)	-
Outras	(16.239)	(5.692)
	(256.951)	(279.361)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(210.570)	(219.475)

	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	22.804	30.167
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	620	739
Variação Monetária	963	1.444
Variações Cambiais	17	-
Ajuste a Valor Presente	-	6.058
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras	(3.348)	-
Outras	7.579	1.069
	28.635	39.477
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(73.267)	(92.040)
Variação Monetária – Forluz	(5.304)	(5.062)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(25.141)	(29.493)
Variações Cambiais	(9)	(23)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(3.886)	(10.490)
Variações Monetárias	(1.249)	(1.946)
Ajuste a Valor Presente	(2.607)	-
Outras	(14.492)	(2.434)
	(125.955)	(141.488)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(97.320)	(102.011)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)			-	749				
Pessoal Cedido (2)			-	2.586				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos			256.475	399.476				
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	1.470						
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação			-	18.063				
Suprimento a Outras concessionárias (3)	6.022	13.293			42.263	51.834	(42.263)	(2.746)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	5.522	17.467	2.074	3.274	26.169	71.444	(26.169)	(17.922)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	16.629						
Light								
Circulante								
Suprimento a Outras concessionárias (3)			130	130	32.584	14.508	(32.584)	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	30	127	2	1	2.620	2.475	-	(7)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	30.762	37.716						
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.			1.456	1.068			-	(6.337)
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	4.123	26.218						
Governo do Estado de Minas Gerais								
Não Circulante								
Debêntures (4)			66.291	52.758			(3.200)	(2.845)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)			12.376	11.593			(12.185)	(14.996)
Despesa de Pessoal (6)							(8.967)	(8.338)
Custeio Administrativo (7)							(2.527)	(2.556)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)			227.954	202.324				
Cemig Saúde								
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)		-	190.913	187.702			(10.104)	(4.357)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;
- (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 16, 18, 20 e 22.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela controladora.

	30/06/2013	30/06/2012
Remuneração	4.194	4.724
Participação nos Resultados	1.911	721
Benefícios Pós Emprego	432	383
Benefícios Assistenciais	56	77
Total	6.593	5.905

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionário – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Concessões a Pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/06/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa	514.791	514.791	509.152	509.152
Consumidores e Revendedores	580.460	580.460	495.727	495.727
Concessionários - Transporte de Energia	24.772	24.772	65.657	65.657
Ativos Financeiros da Concessão	219.784	219.784	177.901	177.901
	1.339.807	1.339.807	1.248.437	1.248.437
Disponíveis para Venda				
Ativos Financeiros da Concessão	542.081	542.081	827.519	827.519
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	565.252	564.978	414.469	415.627
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	268.593	268.593	71.486	71.486
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	166.504	166.504	206.803	206.803
Concessões a Pagar	194.964	372.942	180.661	298.572
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.099.276	4.365.107	4.655.963	5.029.342
Dívida Pactuada com Forluz	185.295	185.295	184.405	184.405
	4.646.039	5.089.848	5.227.832	5.719.122

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ativos		
Equivalentes de Caixa (nota 5)	514.791	509.152
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	788.686	445.639
Fundos Vinculados	740	6
	<u>1.304.217</u>	<u>954.797</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(1.991.487)	(2.063.695)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(115.433)	(122.641)
	<u>(2.106.920)</u>	<u>(2.186.336)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(802.703)</u>	<u>(1.231.539)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,50% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/06/2013	30 de junho de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,50% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 11,88% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 14,25% TJLP 7,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (nota 5)	514.791	563.696	575.948	588.149
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	788.686	863.611	882.382	901.074
Fundos Vinculados	740	810	828	845
	<u>1.304.217</u>	<u>1.428.117</u>	<u>1.459.158</u>	<u>1.490.068</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 18)	(1.991.488)	(2.180.678)	(2.228.076)	(2.275.274)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 18)	(115.433)	(121.205)	(122.648)	(124.090)
	<u>(2.106.921)</u>	<u>(2.301.883)</u>	<u>(2.350.724)</u>	<u>(2.399.364)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(802.704)</u>	<u>(873.766)</u>	<u>(891.566)</u>	<u>(909.296)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(71.062)</u>	<u>(88.862)</u>	<u>(106.592)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.929.877)	(2.403.871)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(55.958)	(52.758)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	542.081	827.519
Passivo Líquido Exposto	(1.443.754)	(1.629.110)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,58% e 5,27%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2013	30 de junho de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,58% IGP-M 5,27%	Cenário Possível IPCA 6,98% IGP-M 6,59%	Cenário Remoto IPCA 8,37% IGP-M 7,91%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.929.877)	(2.037.564)	(2.064.582)	(2.091.408)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IGPM (nota 18)	(55.958)	(58.907)	(59.646)	(60.384)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - IGPM	542.081	570.649	577.804	584.960
Passivo Líquido Exposto	(1.443.754)	(1.525.822)	(1.546.424)	(1.566.832)
Efeito Líquido da Variação da inflação		(82.068)	(102.670)	(123.078)

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio.

Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	166.089	-	-	415	-	166.504
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	256.475	-	-	256.475
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14.544	775.905	727.160	2.523.782	1.921.753	5.963.144
Concessões a pagar	1.849	5.681	14.540	68.933	159.755	250.758
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.911	5.735	15.737	106.826	204.880	335.089
	184.393	787.321	1.013.912	2.699.956	2.286.388	6.971.970

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$7.635.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo CEMIG. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas da Companhia para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis.

Em 30 de junho de 2013 a Companhia atendeu a todas as cláusulas restritivas.

b) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado
Total do Passivo	6.092.054	6.772.463
Caixa e Equivalentes de Caixa	(514.791)	(509.152)
Passivo Líquido	5.577.263	6.263.311
Total do Patrimônio Líquido	5.995.438	5.306.048
Relação Passivo Líquido sobre Capital	0,93	1,18

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/06/2013	Valor justo em 30 de junho de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	16.088	-	16.088	-
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	235.118	-	235.118	-
Debêntures	14.270	-	14.270	-
Outros	3.117	-	3.117	-
	268.593	-	268.593	-
Ativos Financeiros da Concessão	542.081	-	-	542.081
Total	810.674	-	268.593	542.081

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, são utilizadas cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro, bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	8.531.560	3.555.932	12.087.492
INVESTIMENTO	1.366.100	2.202.419	3.568.519
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.369.145	106.987	2.476.132
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(528.892)	-	(528.892)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(125.018)	(141)	(125.159)
	(653.910)	(141)	(654.051)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(117.056)	(58.005)	(175.061)
Participação dos Empregados	(18.468)	(9.014)	(27.482)
Obrigação Pós Emprego	(12.749)	(6.222)	(18.971)
Material	(2.476)	(1.918)	(4.394)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(51.717)	-	(51.717)
Serviços de Terceiros	(50.667)	(13.935)	(64.602)
Depreciação e Amortização	(144.538)	-	(144.538)
Provisões	(6.000)	(2.929)	(8.929)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(59.863)	-	(59.863)
Custo de Construção	-	(43.579)	(43.579)
Perda na Alienação da TBE	-	(94.080)	(94.080)
Outras	(28.386)	(9.149)	(37.535)
	(491.920)	(238.831)	(730.751)
CUSTO TOTAL	(1.145.830)	(238.972)	(1.384.802)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.024)	117.474	116.450
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.222.291	(14.511)	1.207.780
Receitas Financeiras	34.268	12.113	46.381
Despesas Financeiras	(138.793)	(118.158)	(256.951)
Resultado antes do IR e CSLL	1.117.766	(120.556)	997.210
Imposto de Renda e Contribuição Social	(430.042)	91.426	(338.616)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.111	(8.315)	30.796
RESULTADO DO EXERCÍCIO	726.835	(37.445)	689.390

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2012		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	8.072.129	3.459.484	11.531.613
INVESTIMENTO	849.742	2.048.380	2.898.122
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.936.160	224.636	2.160.796
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(237.920)	-	(237.920)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(133.129)	(105)	(133.234)
	(371.049)	(105)	(371.154)
CUSTOS E DESPESAS DE OPERACIONAIS			
Pessoal	(90.260)	(52.759)	(143.019)
Participação dos Empregados	(18.536)	(9.047)	(27.583)
Obrigação Pós Emprego	(10.077)	(4.919)	(14.996)
Material	(3.927)	(2.500)	(6.427)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(164)	-	(164)
Serviços de Terceiros	(44.021)	(16.454)	(60.475)
Depreciação e Amortização	(167.569)	-	(167.569)
Provisões	(5.432)	(2.652)	(8.084)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(91.172)	-	(91.172)
Custo de Construção	-	(42.528)	(42.528)
Outras	(26.327)	(11.371)	(37.698)
	(457.485)	(142.230)	(599.715)
TOTAL DE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(828.534)	(142.335)	(970.869)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.503)	87.184	74.681
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.095.123	169.485	1.264.608
Receitas Financeiras	41.304	18.582	59.886
Despesas Financeiras	(159.529)	(119.832)	(279.361)
Resultado antes do IR e CSLL	976.898	68.235	1.045.133
Imposto de Renda e Contribuição Social	(374.509)	7.173	(367.336)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.387	(831)	42.556
RESULTADO DO EXERCÍCIO	645.776	74.577	720.353

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Celebração de Acordo de Investimentos

Em 8 de agosto de 2013, a Cemig GT aprovou a celebração de Acordo de Investimento juntamente com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”).

O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas pela Renova, bem como a estruturação da Chipley como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da Renova, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em 14/06/2013.

O preço de emissão das ações da Renova será de R\$ 16,2266 por ação ordinária, nos termos do art. 170, §1º, I da Lei das S.A. sendo que a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$ 1.414.733, atualizados pela variação do CDI desde 31/12/2012.

A Companhia informa ainda que esta operação está sujeita a condições suspensivas e comerciais. Verificado o cumprimento de tais condições, será definido o exato valor do aumento de capital da Renova, ocasião na qual será celebrado novo acordo de acionistas para incluir a Cemig GT no bloco de controle da Renova juntamente com RR e Light Energia, cujo total de ações vinculadas na data de sua celebração representará no mínimo 51% do total das ações ordinárias da Renova.

Rescisão do Contrato de Concessão da UHE Itaocara

O Conselho de Administração da Cemig aprovou nesta data o requerimento de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001 (“Contrato de Concessão”) perante à Aneel, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013.

O projeto inicial da UHE Itaocara (“Empreendimento”) enfrentou diversas restrições ambientais, tendo sido, inclusive, determinado o arquivamento de seu processo de licenciamento, uma vez que o IBAMA concluiu por sua inviabilidade. Entretanto, o Consórcio, ao longo dos últimos anos, buscou alternativas que viabilizassem ambientalmente o Empreendimento e reverterem os impedimentos então existentes, o que culminou na alteração do projeto, conforme Despacho ANEEL nº 3.634 de 06/09/2011, que definiu uma capacidade instalada de 145 MW. Desta forma, somente em dezembro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia nº 428/2011 (“Licença Prévia”), dando início à etapa seguinte de busca da Licença Ambiental de Instalação, obtida finalmente em 29 de julho de 2013.

Diante do exposto, a decisão pelo requerimento de rescisão do Contrato de Concessão está baseada na impossibilidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Concessão, em virtude do indeferimento, pelo Ministério de Minas e Energia, do requerimento para alteração do prazo de vigência deste último - de forma que a contagem do prazo de 35 anos da concessão tivesse início a partir da data da obtenção da Licença Prévia - configurando assim a perda de 12 anos no prazo da concessão e comprometendo o tempo de receita necessário para o retorno do investimento.

Cumpramos ressaltar que a Cemig tem a intenção de permanecer com o Contrato de Concessão em caso de superveniência de qualquer decisão do Poder Concedente ou da legislação que possibilite a viabilização financeira da exploração do Empreendimento. Não obstante, a Cemig poderá participar de futuro leilão que licitar novamente o Empreendimento, se julgar conveniente.

Por fim, a Companhia informa que a referida rescisão do Contrato de Concessão não ensejará ônus à Cemig Geração e Transmissão S/A, uma vez que lhe serão assegurados os direitos conferidos pelo art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013, quanto (i) à liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) ao não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ao ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2013, um resultado de R\$689.390, em comparação ao resultado de R\$720.353 no primeiro semestre de 2012, uma redução de 4,30%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou uma redução no primeiro semestre de 2013 em comparação com o primeiro semestre de 2012, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2013	30/06/2012	Var %
Resultado do Período	689.390	720.353	(4,30)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	307.819	324.780	(5,22)
+ Resultado Financeiro Líquido	210.570	219.475	(4,06)
+ Amortização e Depreciação	144.538	167.569	(13,74)
= LAJIDA	1.352.317	1.432.177	(5,58)

LAJIDA



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no primeiro semestre de 2013, em comparação ao primeiro semestre de 2012 deve-se, principalmente, ao aumento de 54,40% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização) compensado, parcialmente, pelo aumento de 14,59% na receita. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 66,28% para 54,61%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012
Industrial	8.774.507	9.755.394	1.227.335	1.314.203	139,88	134,72
Comercial	151.811	108.287	32.231	21.155	212,31	195,36
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(45.717)	4.389	-	-
	8.926.318	9.863.681	1.213.849	1.339.747	135,99	135,83
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	7.868.075	6.870.273	901.135	764.325	114,53	111,25
	16.794.393	16.733.954	2.114.984	2.104.072	125,93	125,74

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$2.114.984 no primeiro semestre de 2013 em comparação a R\$2.104.072 no primeiro semestre de 2012, representando um aumento de 0,52%.

Este resultado decorre da combinação do aumento de 0,36% na quantidade de energia comercializada com o aumento de 0,15% na tarifa média praticada.

Receita de Concessão da Transmissão

A receita de concessão da transmissão foi de R\$231.503 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$401.485 no primeiro semestre de 2012, apresentando uma redução de 42,33%. Esta variação decorre principalmente da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei Federal nº 12.783/13).

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$635.447 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$215.131 no primeiro semestre de 2012, um aumento de 195,38%. Esta variação decorre principalmente de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado a alta de 149,77% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$288,24 por MWh em 2013 e R\$115,40 por MWh em 2012).

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$560.084 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$613.877 no primeiro semestre de 2012, uma redução de 8,76%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A partir de fevereiro de 2013, através de Resolução Homologatória da Aneel, foi extinta a obrigatoriedade de recolhimento da cota mensal relativa à Conta de Consumo de Combustível – CCC. Os gastos com CCC no primeiro semestre de 2012 foram de R\$33.250 e referiam-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A Cemig Geração e Transmissão era, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC era cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA

Os gastos com CDE e Proinfa foram de R\$17.485 no primeiro semestre de 2013 em comparação com R\$36.240 no primeiro semestre de 2012, uma redução de 51,75% em decorrência, principalmente, de Resolução Homologatória da Aneel que reduziu em 75% o valor da cota da CDE.

A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás e o Proinfa tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.384.802 no primeiro semestre de 2013 em comparação com R\$970.869 no primeiro semestre de 2012, representando um aumento de 42,64%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$528.892 no primeiro semestre de 2013 em comparação com R\$237.920 no primeiro semestre de 2012, representando um aumento de 122,30%. Esta variação decorre, principalmente, de maior compra de energia no ambiente livre em 2013, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

Perdas na Alienação da TBE

No segundo trimestre de 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT, na TBE, para a TAESA.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$51.717 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$164 no primeiro semestre de 2012. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2013, de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada neste ano, em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos

Os demais Custos e Despesas Operacionais Líquidos foram de R\$37.535 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$37.698 no primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 0,43%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$210.570 no primeiro semestre de 2013 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$219.475 no primeiro semestre de 2012, uma redução de 4,06%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução na receita de aplicações financeiras: R\$37.091 no primeiro semestre de 2013 comparado a R\$52.299 no primeiro semestre de 2012 apresentando redução de 29,08%. O maior impacto se verificou em decorrência do menor volume de recursos aplicados em 2013;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$144.316 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$196.479 no primeiro semestre de 2012. Essa redução decorre basicamente da redução no volume de captação de recursos indexados ao CDI;

- aumento na despesa com variação monetária de Empréstimos e Financiamentos: R\$70.244 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$50.668 no primeiro semestre de 2012. Esse aumento decorre basicamente das atualizações dos valores captados através da emissão de debêntures em 2012 e da maior variação do IPCA no primeiro semestre de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou no primeiro semestre de 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$307.820 em relação ao Resultado de R\$997.210 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 30,87%. No primeiro semestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$324.780 em relação ao Resultado de R\$1.045.133 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 31,08%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

	Segundo Trim/13	Segundo Trim/12 Reapresentado	Var. %
RECEITA	1.089.661	1.098.256	(0,78)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(65.976)	(68.962)	(4,33)
Participação dos Empregados no resultado	(14.048)	(14.582)	(3,66)
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(9.486)	(7.498)	26,51
Materiais	(2.327)	(4.122)	(43,55)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(8.775)	-	100,00
Serviços de Terceiros	(39.860)	(33.685)	18,33
Depreciação e Amortização	(71.167)	(84.300)	(15,58)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(27.398)	(44.161)	(37,96)
Reversão (Provisões) Operacionais	(3.501)	(4.256)	(17,74)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(25.940)	(18.990)	36,60
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(299.112)	(126.462)	136,52
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(62.329)	(66.877)	(6,80)
Perdas na Alienação da TBE	(94.080)	-	100,00
Outros Custos de Operação	(19.797)	(22.262)	(11,07)
	(743.796)	(496.157)	(49,91)
Resultado antes do Resultado Financeiro	345.865	602.099	(42,56)
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.372	31.425	22,11
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(97.320)	(102.011)	(4,60)
Resultado antes dos Impostos	286.917	531.513	(46,02)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(94.276)	(166.195)	(43,27)
Resultado do Período	192.641	365.318	(47,27)

Resultado do Trimestre

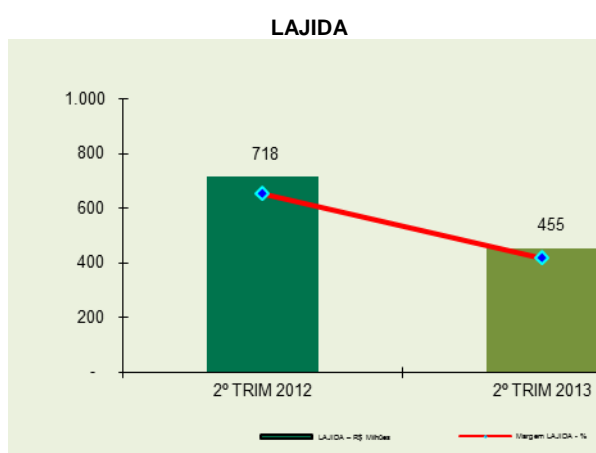
A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2013, um resultado líquido de R\$192.641 em comparação ao resultado líquido de R\$365.318 no segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 47,27%. Esta redução decorre, basicamente, do aumento de 49,91% nos custos e despesas operacionais.

Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou queda no segundo trimestre de 2013 em comparação com o segundo trimestre de 2012, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Segundo Trim/13	Segundo Trim/12 Reapresentado	Var %
Resultado do Período	192.641	365.318	(47,27)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	94.276	166.195	(43,27)
+ Resultado Financeiro Líquido	97.320	102.011	(4,60)
+ Amortização e Depreciação	71.167	84.300	(15,58)
= LAJIDA	455.404	717.824	(36,56)



A queda de 37,27% do LAJIDA, no segundo trimestre de 2013, em comparação ao segundo trimestre de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de 63,32% verificado nos custos e despesas operacionais, (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 65,36% em 2012, para 41,79% em 2013.

Composição da Receita

	Segundo Trim/13	Segundo Trim/12 Reapresentado	Var. %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.066.520	1.082.815	(1,50)
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	117.159	199.459	(41,26)
Receita de Construção	25.940	18.989	36,61
Transações com energia na CCEE	182.410	101.180	80,28
Outras receitas operacionais	5.984	3.916	52,81
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima	(308.352)	(308.103)	0,08
	1.089.661	1.098.256	(0,78)

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Segundo Trim/13	Segundo Trim/12	Var. %	Segundo Trim/13	Segundo Trim/12 Reapresentado	Var. %
Industrial	4.437.693	5.033.218	(11,83)	622.294	674.839	(7,79)
Comercial	74.957	57.262	30,90	16.003	11.417	40,16
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(14.396)	10.861	(232,55)
	4.512.650	5.090.480	(11,35)	623.901	697.117	(10,50)
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.863.103	3.334.538	15,85	442.619	385.698	14,76
Total	8.375.753	8.425.018	(0,58)	1.066.520	1.082.815	(1,50)

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(**) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

No segundo trimestre de 2013, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica apresentou redução de 1,50% em comparação com o segundo trimestre de 2012.

Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de concessão de transmissão foi de R\$117.159, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$199.459 no segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 41,26%. Esta variação decorre, principalmente, dos impactos de Resolução Homologatória ANEEL (Res. Nº 1395/2012, Anexo I) que reduziu a RAP (Receita Anual Permitida) da transmissora em 63,51%.

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Segundo Trim/13	Segundo Trim/12 Reapresentado	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	116.510	114.829	1,46
COFINS	93.834	100.701	(6,82)
PIS-PASEP	20.370	21.861	(6,82)
ISSQN e outros	156	100	56,00
	230.870	237.491	(2,79)
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	58.663	25.564	129,48
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA	1.930	11.540	(83,28)
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	16.426	(100,00)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.185	4.317	(3,06)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	4.185	4.317	(3,06)
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE	2.093	2.159	(3,06)
PROINFA	6.426	6.289	2,19
	77.482	70.612	9,73
	308.352	308.103	0,08

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo referente à RGR apresentou um aumento de 129,48% nos períodos comparados. Esta variação decorre do fato de a Companhia ter registrado, no segundo trimestre de 2013, o valor total da provisão correspondente ao primeiro semestre de 2013.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013 a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC), conforme Lei Federal nº 12.783/2013.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos por meio de Resolução da ANEEL e apresentaram redução de 83,28% nos períodos comparados em decorrência, principalmente, dos impactos da Medida Provisória 579 (convertida em Lei 12.783/13) que reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$743.796, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$496.157 no segundo trimestre de 2012, representando um aumento de 49,91%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$299.112, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$126.462 no segundo trimestre de 2012, representando um crescimento de 136,52%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 96,62% no volume de energia comprada, sendo 1.902.684 MWh no segundo trimestre de 2013 comparados a 967.701 MWh no segundo trimestre de 2012, combinado com a elevação do preço da energia elétrica verificada no mercado brasileiro.

Perdas na Alienação da TBE

No segundo trimestre de 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor decorre da baixa da totalidade do investimento mantido no grupo TBE, tendo em vista a transferência para a TAESA.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/13	Segundo Trim/12 Reapresentado	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	22.804	30.167	(24,41)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	620	739	(16,10)
Variação Monetária	963	1.444	(33,31)
Variações Cambiais	17	-	100,00
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(3.348)	-	100,00
Ajuste a Valor Presente	-	6.058	(100,00)
Outras	7.579	1.069	608,98
	28.635	39.477	(27,46)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(73.267)	(92.040)	(20,40)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(5.304)	(5.062)	4,78
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(25.141)	(29.493)	(14,76)
Variações Cambiais	(9)	(23)	(60,87)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(3.886)	(10.490)	(62,96)
Ajuste a Valor Presente	(2.607)	-	100,00
Variação Monetária	(1.249)	(1.946)	(35,82)
Outras	(14.492)	(2.434)	495,40
	(125.955)	(141.488)	(10,98)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(97.320)	(102.011)	(4,60)

Na comparação dos valores do segundo trimestre de 2013 com o segundo trimestre de 2012, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$97.320, em 2013, comparada a uma despesa líquida de R\$102.011 em 2012, apresentando uma redução de 4,6%.

A seguir destaca-se os itens que, individualmente, apresentaram as variações mais relevantes.

- Redução na receita de aplicações financeiras: R\$22.804 segundo trimestre de 2013 comparado a R\$30.167 no segundo trimestre de 2012 apresentando redução de 24,41%. O maior impacto se verificou em decorrência do menor volume de recursos aplicados em 2013;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$73.267 no segundo trimestre de 2013 comparados a R\$92.040 no segundo trimestre de 2012, redução de 20,40% decorrente, basicamente, da redução no volume de captação de recursos indexados ao CDI;
- Redução na despesa de variações monetárias de Concessão Onerosa: R\$3.886 no segundo trimestre de 2013 comparados a R\$10.490 no segundo trimestre de 2012, representando redução de 62,96% decorrente, principalmente da queda do IGPM (0,90% no segundo trimestre de 2013 contra 2,55% no segundo trimestre de 2012)

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no segundo trimestre de 2013, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$94.276 em relação ao lucro de R\$286.917, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 32,86%. No segundo trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$166.195 em relação ao lucro de R\$531.513, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 31,26%.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.2 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 14 às informações contábeis intermediárias, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados poderá ou não ser alterado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, a coligada Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras das operações da entidade. A Madeira Energia S.A. e sua controlada têm apurado prejuízos em suas operações e apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 30 de junho de 2013 no montante de R\$175.507 mil, sendo a participação da Companhia R\$17.550 mil. Os planos da Administração para equalização do capital circulante líquido estão também descritos na mesma nota explicativa 13. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame do balanço patrimonial levantado em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, contendo ênfase relacionada ao parágrafo sobre a coligada Madeira Energia S.A. descrita no item “Ênfases” acima.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG